

UNIDOS POR CATÁSTROFES PERMANENTES: O QUE HÁ DE NOVO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA.

Marildo Menegat¹

Resumo: O autor discute uma proposta de nova abordagem teórica para a compreensão de movimentos sociais como Piqueteiros na Argentina e MST no Brasil. Partindo da ruína dos processos de modernização e desenvolvimento, que se fez sentir desde a década de 1980, com as crises das dívidas externas, se discute este paradoxo de uma sociedade que ao mesmo tempo desmorona e se mantém. Tais movimentos seriam o resultado de novas formas de (re)ação a estas circunstâncias, em que mesclam experiências de períodos anteriores com genuínas inovações que apontam para novos patamares da luta social.

Palavras chaves: processo de modernização e desenvolvimentismo; movimentos sociais na América Latina; crise do capitalismo; barbárie.

Introdução

Um conjunto de pequenos e contínuos abalos moleculares e/ou grandes avalanches estruturais vem sedimentando novas características na configuração da sociedade burguesa contemporânea. Na periferia desta forma social que se tornou planetária, em particular na América Latina, desde os anos 1980 são perceptíveis estas mudanças. Depois de várias décadas de esforços sobre-humanos para transformar realidades nacionais acanhadas, de ex-colônias, em nações modernas, este processo social se viu subitamente interrompido antes de qualquer perspectiva razoável de se concluir. Formações nacionais dependentes de tecnologia e dos movimentos de capital internacional, estes países foram atingidos em cheio pela crise iniciada nos anos 1970 nos países centrais. Como observou alguém em outros tempos, uma pneumonia no centro frequentemente se transforma em paralisia respiratória na periferia. Parece ter sido o caso.

A história do capitalismo ainda está à espera de quem a narre na perspectiva de suas hecatombes. Elas não são meros acasos ou acidentes de percurso. Suas sequências são programadas pela necessidade que esta forma social tem de produzir em níveis cada vez mais ampliados a medida do valor e, ao mesmo tempo, se deparar com seus limites. Numa forma social em que a lei do valor é a própria estruturação da realidade - o eixo em que se articula a intencionalidade e a dinâmica das práticas sociais -, são as implosões das barreiras à permanente expansão e acumulação do capital que se apresentam na história como catástrofes anunciadas. Para os países periféricos estas catástrofes são onipresentes. Fizeram parte da formação e incorporação destas sociedades à expansão do mercado europeu entre os séculos XVI e XVIII, como um dos momentos da 'acumulação primitiva de capital', fazem parte do cotidiano destas sociedades que se incorporaram ao mercado mundial a partir do diferencial, em relação ao centro, das condições de superexploração de sua força de trabalho, e fazem parte das

¹ Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; doutor em Filosofia, mmenegat@ig.com.br.

grandes e pequenas crises que se abatem neste mercado. A última dessas crises teve início nos anos 1970 e é uma crise estrutural sem precedentes.

A característica desta situação histórica é a dificuldade de se emendar o que estilhaçou em mais de mil pedaços. Entre as diversas unidades implodidas, que davam impulso às metamorfoses e ao processo de expansão da forma valor pelo mundo e no interior das sociedades nacionais, colonizando quase todas as práticas sociais, está a relação vital entre capital e trabalho vivo. Dadas as ‘permanentes revoluções tecnológicas’ (Marx) do capital, necessárias para a concorrência entre os capitais particulares e a ampliação da extração de mais-valor, a composição orgânica deste se alterou profundamente. O trabalho vivo se tornou um resíduo fantasmagórico ante uma massa gigantesca de trabalho morto presente no aparato técnico resultante destas revoluções. Tal alteração dificulta fortemente o processo de produção de valores novos, uma vez que as máquinas robotizadas do aparato técnico de fábricas fortemente automatizadas apenas transferem valor. A origem desta situação remonta ao final da Segunda Guerra Mundial, quando começaram a se desenvolver os elementos técnicos básicos que iriam impulsionar o que hoje chamamos de Terceira Revolução tecno-científica. Fundada na micro-eletrônica, utilizando em profusão matérias primas sintéticas, derivadas, por exemplo, da nafta, e energia nuclear, esta revolução tecnológica foi uma contundente *inovação dos processos de produção* que levou o tipo de produção então dominante, o fordismo, à crise. Dentre outros, um de seus sintomas mais eloquentes é a expulsão de uma enorme quantidade de trabalhadores de seus postos de trabalho. O desemprego em massa não decorre mais de uma conjuntura de baixa do ciclo da economia, mas se tornou permanente. Nos anos 1980 esta inovação começou a se generalizar por diversos ramos oligopolizados dos países centrais, fazendo-os forçarem o fim das proteções alfandegárias das economias retardatárias e criando as bases materiais para a globalização. Estas mudanças estruturais da dinâmica social se refletiram em países como o Brasil pela interrupção do processo de modernização. Ao invés de uma economia em expansão, passou-se a retração e ao colapso devido ao endividamento externo. A fadiga de incluir mais trabalho no centro fez com que a crise se espalhasse pelo planeta numa busca desesperada por oportunidades de valorização do valor. Os ajustes neoliberais dos anos 1990 foi uma plataforma conservadora de resposta a esta situação, combinando políticas de abertura das economias, flexibilização da legislação social e trabalhista, junto com a reestruturação produtiva e liquidação do patrimônio de empresas estatais.

O problema da sobre-população no capitalismo

É comum a todas as formas sociais criarem dinâmicas próprias de população. Elas são, portanto, muito distintas e dependem justamente do modo como produzem a vida material e reproduzem dentro delas os indivíduos. Na sociedade burguesa esta dinâmica precisa ser entendida a partir do processo de acumulação de capital. A especificidade deste processo, quando comparado a outros modos de produção, é o de se realizar como um poder estranho aos indivíduos que, mesmo tendo sido por eles criado, os governa. Na fórmula de Marx: “*as relações sociais [aparecem...] como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas*” (1985: p. 71).. Neste sentido, é o capital, como uma forma de relações sociais alienadas quem constitui a população que lhe é necessária para seus fins de valorização do valor. A população cresce, diminui ou fica estagnada, segundo, precipuamente, suas necessidades. Desde a acumulação primitiva,

nos séculos XV e XVI, que esta forma social põe em movimento ou elimina verdadeiros exércitos de braços humanos, seja com o cercamento dos campos na velha Inglaterra, ou com a escravização de africanos para as *plantations* na América, ou o genocídio de indígenas neste mesmo continente. Viver em qualquer canto do mundo passou a corresponder ao perigo de ser requisitado pela maldição das necessidades deste processo social. No desenvolvimento da produção industrial foi sendo formada por este processo uma população de reserva para as necessidades e oscilações do ciclo econômico e para as suas expansões. Para o capital é importante esta reserva tanto para não se ver na situação de ter que abandonar uma possibilidade real de investimento e expansão por falta de trabalhadores, como para não ser demasiadamente pressionado pelas reivindicações de aumentos salariais e melhoras das condições de trabalho das massas operárias, o que colocaria em risco a sua taxa de lucro. Esta é uma das funções das ‘revoluções tecnológicas’: a de ser um poderoso instrumento de criação e regulação desta população, ao mesmo tempo em que está em função da concorrência entre os capitais particulares. Disso resulta *um imponente impulso do referido processo social*, pois, ao liberar capital e força de trabalho com as inovações das forças de produção, *cria as condições de possibilidade tanto para expandir este processo com novos produtos, como para levá-lo a novas regiões do planeta*. Neste sentido, o exército industrial de reserva é um excedente relativo de população.

Uma ilustração histórica desta dinâmica poderia ser encontrada na própria introdução da máquina a vapor na indústria de tecelagem da Inglaterra no século XVIII. Como imediatamente produziu desemprego, e o movimento luddista é um testemunho da resistência contra este fato, criou uma reserva de força de trabalho que foi posteriormente reincorporada à produção, quando a máquina a vapor passou a ser empregada na inovação de meios de transporte como navios e na invenção de trens. A fabricação destes *novos produtos*, resultado da liberação de força de trabalho e capital do ramo da fiação e tecelagem, junto com a expansão colonial para a Índia, logo reabsorveu aqueles braços que havia se tornado excedentes. Sempre que as condições de *inovação de produtos* e a expansão para novos mercados forem possíveis, esta população será excedente apenas em termos relativos, isto é, depende da dinâmica do processo de acumulação de capital.

Contudo, a lógica social determinada pela acumulação de capital não possui uma elasticidade permanente. Ela pode encontrar limites intransponíveis. Em outros termos, se poderia dizer que nem todas as *barreiras internas e externas* desta forma social são transponíveis pelas catástrofes que esta produz. Este é o caso da unidade contraditória entre capital e trabalho vivo. Sem este último o capital morre de inanição, porém, seu processo contraditório o levou a ‘revolucionar permanentemente as forças produtivas’, e uma das suas funções era justamente poupar trabalho. Num quadro de superacumulação de capital, o que equivale a dizer, de capitais excedentes que não encontram oportunidades de rentabilidade razoáveis mundo afora, a sua inversão em novas indústrias, etc., a partir do nível do desenvolvimento das forças produtivas da Terceira revolução tecno-científica, se torna muito difícil, quando não logicamente inviável. Devido à composição orgânica do capital ser dominada pesadamente pelo capital constante, a proporção de trabalho vivo por ele incorporado não é suficiente para tornar estes pesados investimentos em algo rentável – o que tem salvado em parte esta situação é a monopolização ou oligopolização de setores inteiros da indústria em escala mundial, por poderem manipular livre e artificialmente os preços de seus produtos.

Quanto à expansão para novos mercados, a fase imperialista do capitalismo já a esgotou. Não restam mais novas regiões do globo que possam fazer diferença ao serem incorporadas no mercado mundial. A recente expansão da China e o re-despertar da Índia, na Ásia, são a demonstração deste limite e, pelo visto, não impediram a marcha de uma crise estrutural em curso, no máximo retardaram seus passos de gigante. Haveria mais três campos em que o capital poderia testar seus limites e tentar encontrar saídas - mesmo que momentâneas. A *inovação de produtos*, a expansão do setor de serviços e a especulação financeira. Observe que todas elas já foram levadas ao limite. Os produtos da micro-eletrônica literalmente infestam o cotidiano de New York à reserva indígena Raposa do sol, passando pelos cantões do Afeganistão, sem que, com isso, se produzisse uma longa onda expansiva do capitalismo com pleno emprego e estabilidade, como propiciou o fordismo após a Segunda Guerra com os automóveis e os eletrodomésticos. O setor de serviços é mais complexo, pois envolve uma delicada discussão sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Saltando esta polêmica, que para a finalidade de demonstração deste artigo não é essencial, o resultado, no entanto, não se apresenta muito animador. Parte significativa do setor de serviços utiliza aparelhos baseadas nas técnicas da micro-eletrônica que dispensam a mediação do trabalho humano. Por fim, a especulação financeira foi ‘uma fuga para frente’ (Kurz) e, ao que parece, batemos com a cara no muro desde as crises das bolsas [bolhas] de valores de 2001 e 2008.

O desemprego que resulta destas transformações e limites para a acumulação de capital passa a ser estrutural. A população que sobra não é mais relativa, mas absoluta. Os limites do capital para serem suprimidos sempre exigiram destruições catastróficas, nem que isso custe à continuidade da vida humana na terra. Esta é a grande contradição do nosso tempo.

O problema da sobre-população na periferia do capitalismo

Não vem ao caso uma descrição pormenorizada da passagem do trabalho escravo ao trabalho livre assalariado no Brasil do fim do século XIX. Basta o registro que, como em todas as partes do mundo em que o processo social passa a ser dominado pela forma capital, esta produz a população que necessita para levar a cabo seus fins de ‘valorização do valor’ (Marx). Contudo, vale destacar o fato de que quando a indústria se tornou o eixo central da acumulação de capital no país, depois dos anos 1930, este modo de produzir já se acomodou entre nós nos seus estágios de desenvolvimento técnico mais avançado daquele tempo. Ou seja, sua introdução não foi mediada por diferentes etapas de formação do Exército Industrial de Reserva, que pudesse paulatinamente ser absorvido sem criar uma população excedente relativa tão grande. Desta forma, como uma característica particular da industrialização tardia da periferia, em que não houve reforma agrária, por exemplo, o uso de técnicas avançadas, que poupam muito trabalho humano, cria uma massa disponível que permite o estabelecimento de regimes de superexploração permanente destes trabalhadores. A absorção de parte deste contingente humano por um setor informal de serviços hipertrofiado não alterou a superexploração, apenas a aprofundou em novas modalidades ao tornar viável a reprodução dos trabalhadores sem maiores custos para o capital e sem intervenções do poder público.

O crescimento acelerado da economia, e da indústria em particular, até meados da década de 1970, associado ao investimento em grandes obras de infra-estrutura,

permitiu reduzir o impacto desta população excedente sobre a estrutura social e suas dificuldades para conseguir os meios elementares de existência. Com a crise que por aqui se acomoda no início dos anos 1980, esta aparência social perde sua capacidade de imantar a dinâmica desta população de modo estável. Porém, há uma dura ironia nesta história. Um regime de superexploração, sob o ponto de vista da legitimidade da lei do valor, somente pode funcionar como exceção. O golpe de 1964 foi, nesta perspectiva, uma reação às tensões crescentes desta situação, em que as classes subalternas do campo e da cidade não aceitavam mais a exclusividade dos sacrifícios de um processo tardio e conservador de modernização. Com o fim da Ditadura militar, num contexto de ruína do esforço de urbanização e industrialização aceleradas, em que estas massas passaram a viver a essência de seu estado, isto é, o de serem *uma sobra acima do 'normal' da população excedente relativa* que o capitalismo precisa criar, elas puderam finalmente se expressar com a garantia dos direitos civis e políticos básicos de uma democracia. Foi o aparato penal do Estado quem passou, desde então, a contornar esta situação de pressão a descoberto.

A outra ponta da ironia é que as normas constituintes de direitos numa democracia precisam ser ancoradas pelas formas do valor. Direitos sociais devem ter uma base material que os sustentem. Na história do capitalismo, estas conquistas nos países ricos ocorreram em contextos de longas ondas expansivas, em que as classes trabalhadoras mantinham possibilidades de pressão sindical, por meio de greves e outras lutas reivindicativas, e força política, por meio de partidos influentes eleitoralmente. Estas condições lhe permitiam resistir e impor limites à exploração do capital numa época em que este necessitava incorporar grandes quantidades de trabalho em sua expansão. A liberdade de expressão e de organização política nos anos 1980 no Brasil andou sobre o fio da navalha. Houve a disrupção de um longo período de repressão política e social em que as liberdades conquistadas serviram exatamente para se recompor a legitimidade da lei do valor – que pode ser medida, por exemplo, na livre negociação dos salários, o que implica em liberdade sindical, direito de greve etc. Além disso, a disrupção permitiu a organização de alternativas políticas para a disputa de governos. A conjunção destas conquistas produzia um horizonte histórico em que parecia enfim que o Brasil poderia mitigar seu estado de barbárie permanente – visível na superexploração do trabalho e na miséria das periferias de suas grandes cidades etc. Entretanto - e aqui reside o conteúdo da ironia – esta situação se apresentou demasiado tarde. Esta conjunção era parte das condições de possibilidade típicas do momento democrático do processo de modernização, quando a distribuição de seus resultados pode ser realizada através da ‘luta de direito contra direito’ (Marx). Como já foi observado, o sino, desde o início da crise dos anos 1970, começou a tocar empurrado por outros ventos. O chamado neoliberalismo era, entre outras coisas, também um contra-ataque a estas conquistas desferido desde os países centrais, invertendo um círculo virtuoso de garantias e bem-estar e se espalhando rapidamente pela periferia.

Assim, no Brasil, se passou a conviver com um Estado Democrático de Direito, por definição, fraco. Sua fraqueza eram as condições materiais de realização do programa de distribuição (socialização) da riqueza numa época de crise aguda e planetária desta forma social em que as oportunidades de investimento e ganho são procuradas com a avidez de aves de rapina. Sem crescimento prolongado (sustentado) a tensão distributiva é inviável no capitalismo. Como se deu numa conjuntura de crise do desenvolvimentismo, a ‘luta de direito contra direito’ após a ditadura deixou do lado de

fora parte significativa daquela população excedente que desde sempre esteve acima do 'normal'.

Ora, se o desenvolvimentismo desde os anos 1950 pôde escamotear esta situação com um crescimento intenso, a realidade a descoberto do seu esgotamento, que se apresenta nos anos 1980, torna esta situação explosiva. Ainda no final desta década se começou a falar de desindustrialização. Em meados da década seguinte este era um dado incontornável da economia nacional². Diversos setores da indústria não suportaram a concorrência aberta com empresas de outros países que utilizavam técnicas baseadas na Terceira revolução tecno-científica ou, então, que produziam em regimes de superexploração que por aqui estava sendo questionado. Não será difícil perceber que este foi um fator que ampliou a dramaticidade daquela massa excedente de população, aumentando-a mais ainda. Some-se a isso a continuidade inercial do movimento de êxodo rural, que prosseguiu impulsionado pela modernização do campo voltada à exportação e desarticulada de ciclos de desenvolvimento internos que criassem condições de absorção destes braços na cidade³.

É mais ou menos esta a estrutura de sentimentos e expectativas daquela conjuntura histórica em que o Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) surgiu. Visto por uma perspectiva histórica que já não existia – que é o horizonte promissor do processo de modernização do país em expansão - e que tampouco estava de todo dissolvida – era apenas o início de uma longa crise -, estas massas sem terra eram os remanescentes da luta histórica por uma reforma agrária. O movimento retomava o que havia sido calado por 20 anos de ditadura, articulando-o com a massa em movimento de um êxodo forçado pela modernização recente da agricultura de exportação que os empurrava para baterem nas periferias das grandes cidades, onde se encontravam com outro tanto de um contingente de massas sem rumo lá estacionado⁴. A bem da verdade,

² Nos anos recentes este debate se intensificou. Em sua edição de 22 a 28 de novembro de 2005 o jornal *Brasil de fato* discutia o salto para trás da indústria brasileira: “*A participação do setor industrial no Produto Interno Bruto [...] saiu de 24% em 1958, para 32% em 1986. Em 1998, a fatia da indústria havia murchado para 20%*” (p. 7). Na mesma tecla, e completando o raciocínio, bateu Luiz Carlos Bresser Pereira: “*O Brasil está se desindustrializando desde 1992. Foi em dezembro do ano anterior, no quadro de acordo com o FMI, que o Brasil fez a abertura financeira e, assim, perdeu a possibilidade de neutralizar a tendência estrutural à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio. [...] o mercado interno foi inundado por bens importados, e, assim, muitas empresas nacionais deixaram de crescer ou mesmo quebraram*”; cf. “*Brasil vive desindustrialização*” - *Folha de São Paulo*, 29 de agosto de 2010, p. A24. Por fim, Luiz Gonzaga Belluzzo, numa consolidação deste diagnóstico, ensaia um passo além ressuscitando o velho desenvolvimentismo em nova versão: “*Seja qual for a estratégia adotada – liderança das exportações ou proeminência do mercado interno – os sucessos do avanço industrial e produtivo na dita 'era da globalização' tem um traço comum: intencionalidade e coordenação pública*”; cf. “*O caminho da reindustrialização*” - *Le monde Diplomatique [Brasil]*, nº 58, maio de 2012, pp. 4-5.

³ O desemprego neste período, conforme dados de Márcio Porchmann, teria crescido em torno de 600%: “*Por força disso [fim das políticas desenvolvimentistas], o país regrediu, em 2000, ao posto de 13ª economia do mundo [antes era a 8ª] com o rendimento dos proprietários (lucros, juros, aluguéis, e renda da terra) respondendo por 68% da renda nacional (ante 50% em 1980) e o desemprego atingindo quase 12 milhões de trabalhadores (contra menos de 2 milhões em 1980)*”; cf. “*A nova economia política brasileira*” - *Le monde Diplomatique [Brasil]*, nº 58, maio de 2012, p. 22 [grifos meus].

⁴ Segundo João Pedro Stédile a base militante e social do MST, na metade da década passada, tinha as seguintes características: “*[...] tem mais ou menos 15 mil militantes que estão estudando e 140 mil famílias acampadas na beira das estradas, debaixo das lonas. É nosso exército mobilizável a qualquer hora. Um milhão de pessoas na beira de estradas. E temos em torno de 480 mil famílias assentadas ao longo desses 20 anos. Mas, das 480 mil famílias [...] nós achamos que há umas 300 mil ligadas conosco. Essa é nossa base. E há mais de 4 milhões de sem-terra, mas é muito difícil organizá-los porque estão pulverizados nas fazendas, porque são muito pobres, porque são analfabetos*

essas *massas humanas excedentes acima do 'normal'*, agora já sem a perspectiva de iludir seu estado, são o sintoma de uma sociedade sem rumo que desmorona ao mesmo tempo em que se mantém⁵.

Nos anos 1990 esse quadro teve pioras aceleradas, pois a estas massas se acrescentou um novo contingente de desempregados: os que foram expulsos de seus postos de trabalho por inovações tecnológicas como as da micro-eletrônica. Basta para isso atentarmos para o impacto desta inovação em setores como o da indústria automobilística e o bancário. Tudo isto numa conjuntura de crescimento econômico vegetativo de duas décadas perdidas, num marasmo de quase estagnação, em que o que se movia na sociedade eram as reestruturações de empresas, cujo resultado era invariavelmente a economia de trabalho, dando a falsa impressão que algo novo e promissor estava em curso. Hoje, distante dos fogos de artifício daqueles acontecimentos, podemos medir suas consequências com dados aparentemente marginais, como nos índices de homicídio e o seu crescimento de mãos dadas com o do desemprego deste período⁶. A resistência contra o capital, esta ação coletiva que procura impor limites a sua irracionalidade, não pode mais, nestas condições, contar com suas antigas formas de luta.

Movimentos de resistência anticapitalista

Este estágio do capitalismo, em que ele se depara com limites intransponíveis cujos sintomas podem ser observados pela mudança estrutural da população excedente, que deixa de ser relativa para se tornar absoluta, não comporta mais formas de resistência universais voltadas apenas à distribuição da riqueza produzida. A chave da 'luta de direito contra direito' abarcava todos que estavam ligados ao mercado de trabalho, diretamente ou à espera – que em geral, excetuando nas crises, não era longa nem

basicamente concentrados no Nordeste e no Sul. Essa é a base social que procuramos atingir. E acho que nossa influência se dá inclusive sobre os pobres da cidade. Eles gostam muito do MST. Viramos referência ideológica para eles, por causa da nossa coerência". Cf. "Sociedade em crise [Entrevista a Luiz Gonzaga Belluzzo, Mino Carta e Sérgio Lirio]" - *Carta Capital*, 21 de setembro de 2005, p. 32 [grifos meus]. O número de um milhão de pessoas mobilizável, obtido a partir de uma expectativa de 7 a 8 membros por cada uma das 140 mil famílias acampadas à beira de estradas, pode ser exagerado. Além disso, seria possível comprovar que para extratos urbanos significativos o MST é mais uma referência organizativa de luta contra a barbárie do que ideológica propriamente dita.

⁵ Observe que não é estranho ao movimento, e em particular a João Pedro Stédile, a percepção de que algo na sociedade brasileira desmorona: "*Registramos cada vez mais sinais de barbárie social e em algum momento as massas vão se manifestar*"; cf. entrevista citada, p. 30. Outro exemplo: "*O papel dos dirigentes e dos movimentos populares é estimular as lutas sociais, mostrar para o povo que ele não pode ficar esperando soluções milagrosas e, muito menos, pela ação de um presidente paizão. O perigo maior que eu vejo nessa conjuntura é o da barbárie social*"; cf. "Risco maior é a barbárie [Entrevista a Roldão Arruda]", jornal *Estado de São Paulo*, 26 de junho de 2005. Por fim: "*Enquanto não tivermos um modelo econômico que garanta as oportunidades para todos, de forma igualitária, e que permite aos pobres melhorarem de vida, a parcela deles que adere ao banditismo será cada vez maior. Ou há mudanças econômicas e sociais, ou a barbárie vai aumentar*". Cf. "Barbárie social: capital São Paulo"; jornal *O Dia*, 16 de maio de 2006 [grifos meus].

⁶ O número de mortes anuais por *causas externas* em 1979 era de aproximadamente 11 mil pessoas. Nos anos 1990 esta cifra chegou a 36 mil mortos. Hoje ela gira em torno de 50 mil por ano. Cf. PAIXÃO, M. et al. "Contando vencidos: diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo no Brasil e grandes regiões", in: *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção de equidade*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2005; pp. 49-189.

desesperadora. Hoje o contingente que mais cresce são as massas que não terão nenhuma perspectiva de ser absorvidas por um posto de trabalho decente. A situação para estas massas é de fim de linha. Elas precisam lutar para sobreviver, e isto somente pode ser possível numa *rebelião contra boa parte das forças produtivas do capital e seu modo de produção*.

A defesa da distribuição da riqueza do capitalismo pressupunha que a sua forma abstrata, o dinheiro, era o representante efetivo de valores de uso (a forma material) capazes de satisfazer necessidades humanas progressivas. Contudo, a relação entre necessidades humanas e valor de uso desde sempre foi condicionada a ‘valorização do valor’, ou seja, a mera produção de valores de troca. Sementes transgênicas, por exemplo, apenas para efeitos de propaganda foram criadas para erradicar a fome no mundo. Associadas ao uso de pesadas quantidades de fertilizantes e agrotóxicos, em lavouras mecanizadas e comandadas por GPS, elas representam a transformação da agricultura num processo industrial de produção. São, por conseguinte, o desdobramento do controle de grandes corporações sobre este processo de produção, do financiamento à comercialização. Este controle quase total é um dos segredos que permite transformar *commodities* em papel especulativo nas bolsas de mercadorias e valores, extraindo lucros que nada – ou muito pouco - tem a ver com os custos de produção. Mera riqueza abstrata cuja divisão é ilusória, pois se estaria dividindo papel e não meios de realização de necessidades humanas. O ponto de chegada material deste fabuloso e insano processo de abstração são destruições em largas proporções da natureza. O que hoje se chama de agronegócio não passa de uma monstruosa catástrofe anunciada. Suas mercadorias são alimentos-tóxicos com alto teor de metais pesados que não alimentam ninguém, antes matam, e ruína – sem volta! – da terra em que foram produzidos⁷. Seu fim mesmo é a valorização especulativa do capital que exige este grau de destruição mediada.

Foi com este limite que estas massas que precisam lutar desesperadamente para sobreviver se depararam. Como foi dito acima, a origem do MST em 1984 passou pela retomada da luta camponesa numa situação histórica em que, praticamente, quase não havia camponeses e em que a reforma agrária fora substituída por uma modernização conservadora do campo, que preservou o latifúndio e a agro-exportação. Esta luta foi empunhada tanto pelas massas que estavam sendo pressionadas por esta expansão da agricultura modernizada, assim como pelas que já tinham sido expulsas do campo, na sequência de um movimento sistêmico que se repetia com intensidade desde os anos 1950 e deixava o vácuo inercial da sua repetição como rastro pelas diferentes regiões do interior do país. Ela proporcionou momentos heroicos que ficaram cristalizados em imagens como as da ocupação da Fazenda Anoni, em Encruzilhada Natalino, e as do assentamento Irino Alves, no Paraná, etc. Entretanto, o MST se tornou um movimento notável e de grande projeção a partir da metade dos anos 1990. Poderia se pensar que este foi o momento de sua consolidação. Porém, é possível arriscar outra explicação, menos óbvia.

⁷ Sobre este tema ver reportagem “O veneno nosso de cada dia” no jornal *Brasil de fato*. São Paulo, de 24 a 30 de maio de 2012, pp. 2, 4, 5 e 6. Afora as evidências cada vez mais acumuladas da relação entre agrotóxicos e câncer, o dado mais macabro desta questão é o fato de que estes venenos e boa parte de suas indústrias surgiram durante a Segunda Guerra Mundial como armas químicas. O que muda na produção industrial da morte, quando se trata de eliminar seres humanos ou insetos ou ervas daninhas é a concentração e a dose do veneno.

Foi nos anos 1990 que a crise na periferia do capitalismo se acelerou dramaticamente, apresentando os primeiros sinais nítidos de uma implacável regressão social que não é momentânea, como ocorreu em outros tempos da história do capitalismo, mas um *processo de dissolução da forma social*⁸. A dissolução pode ser verificada na contradição incontornável entre a forma, regida pela lei do valor, crescentemente incapaz de realizar seu conteúdo, que é a reprodução da vida social em condições minimamente satisfatórias para um número cada vez maior de seres humanos. Por esta razão, tal conteúdo vai se tornando informe, numa espécie de transbordamento a procura – se tivermos sorte! – de outra forma. Depois do colapso da modernização iniciado pela crise da dívida externa em países como Brasil, México e Argentina, seguiu-se a queda do muro de Berlin e a crise agônica dos países exportadores do sudeste asiático que, por sua vez voltou a repercutir na América Latina e, enfim, chegou ao coração do capitalismo no início deste século. Um círculo de fogo montado em catástrofes que arrastaram nações girou ensandecido por estas imediações do mundo. Como é um processo ainda regido pelas ‘leis naturais do capital’ (Marx), ou seja, que resulta de práticas sociais alienadas, quem segurou a vida com os dentes sobreviveu. Foi mais ou menos nesta situação que as ações do MST passaram a arregimentar cada vez mais suas bases na periferia das grandes cidades. Apelando para a mística de uma memória recente de expulsão do campo, estas massas estacionadas e sem rumo, tomadas pelo desespero da crescente violência que se espalhava por este espaço urbano, se juntaram ao movimento *produzindo um tipo de rebelião popular com características novas* e que apenas pode ser explicado na sua totalidade se pensado na perspectiva da crise estrutural do capitalismo.

Entre os anos 1998 e 2002, véspera das eleições presidenciais, esta rebelião chegou a marca de 230 mil famílias acampadas em cidades de lona preta à beira de estradas de todas as regiões do território nacional. Num cálculo conservador, em que cada família pode ser multiplicada por três, teríamos uma massa de 600 a 700 mil pessoas em movimento. Por serem um sintoma de crise estrutural, em que o movimento da sociedade não comporta mais a reprodução ampliada da vida em comum, estas massas precisam tornar a luta um ato de sobrevivência imediato. Não reivindicam melhores salários, mas acesso aos meios elementares de produção de sua subsistência. Arregimentadas na periferia de centros urbanos, portanto, há muito distantes da lida com a terra, esta estratégia de luta se apresenta como uma ação desesperada ante o que não se encontra mais na cidade: empregos e perspectiva de vida suportável. Assim, é preciso que na própria ação se produza a sobrevivência, o que fica evidenciado pelo eixo em que se realiza a organização da ação: *ocupar, produzir e resistir*. Esse modo de mobilização exige um processo complexo de formação coletiva, com organização de base sustentada por uma democracia direta – todos participam, todos decidem - e divisão horizontal das tarefas em brigadas que correspondem às necessidades da vida coletiva, que vai da sementeira de alimentos até a organização de escolas para as crianças e alfabetização de adultos. Articulado a este momento clássico do domínio das letras pelo indivíduo se realizam também cursos de formação política capazes de elaborar a experiência coletiva. É uma ação que se potencializa numa direção diversa das relações sociais entre coisas. Esta fuga que estes extratos da população realizam das grandes cidades, sem que seja necessariamente uma volta ao campo, é uma eloquente

⁸ Para uma abordagem mais aprofundada deste conceito ver MENEGAT, M. *O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. *Revista Epos - Genealogias, subjetivações e violência*. Vol. 2 - nº 1 – janeiro a julho. (2011). www.revistaepos.org/?p=356.

indicação de um processo regressivo em marcha. Situação semelhante também foi constatada na crise russa em 1998, durante o governo de Ieltsin, e na crise da Indonésia em 1996-7. A diferença é que nestas sociedades não se produziu uma *forma ativa de reação à dissolução social*. Na Rússia simplesmente voltaram ao campo para viver literalmente de batatas.

Há sempre algo de períodos anteriores nas formas de lutas presentes das classes subalternas. Neste caso não é diferente. Vários aspectos das práticas criadas por este movimento lembram o modo de ocupação do Arraial de Canudos ou do modo como terras foram ocupadas pelo interior do país por pequenos posseiros desde muito tempo. Outras práticas encontram o eco de uma tradição solidária que a vida na periferia urbana ainda não quebrou ou em reminiscências da luta popular e operária de anos passados. Comentando a experiência dos soviets, surgida pela primeira vez na Revolução de 1905, num contexto de fome e desespero que se seguiu à derrota da guerra contra o Japão, o historiador britânico Christopher Hill observou que ela tinha um elo estreito com as comunidades camponesas da velha Rússia – o mir⁹. Não obstante este laço com o passado, os soviets foram uma poderosa infra-estrutura subjetiva que impulsionou novas práticas políticas. Rosa Luxemburgo, na polêmica que travou com Eduard Bernstein sobre estas práticas, não teve dúvidas em concebê-las como parte dos aspectos modernos da sociedade russa, isto é, ao seu vir-a-ser e não ao passado em vias de superação¹⁰. Penso ser este também o caso da experiência do MST. Suas práticas não são exclusivas de um movimento e, possivelmente, surgirão em outros espaços e contextos do desdobramento da crise e serão protagonizadas por diferentes organizações atuantes na luta social. Provavelmente no futuro surgirão mais diretamente ligadas ao espaço urbano¹¹. O que se tem chamado de *método de organização* do MST não é outra coisa que uma característica da *atividade das massas ante a dissolução desta forma social*. Neste sentido, tal método mantém semelhanças, por exemplo, com as experiências dos piqueteiros na Argentina¹², ou mesmo com os moradores de El Alto na Bolívia.

Semelhanças desta natureza reforçam um argumento que Rosa Luxemburgo usou contra Bernstein. Este pensava serem os soviets e a greve geral de massas a presença do

⁹ Cf. HILL, C. *Lênin e a Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. “‘Mir’ é uma esplêndida palavra russa que significa não só ‘comuna aldeã’, mas ainda três coisas que na origem eram sinônimas para o camponês: ‘o mundo’, ‘o universo’ e ‘paz’” (p. 72). “Conquanto os primeiros soviets aparecessem nas fábricas de São Petersburgo e Moscou, os fundamentos do soviets podiam estender-se a qualquer comunidade genuína – fosse uma aldeia, um regimento ou um navio de guerra” (p. 84). “A Comuna de Paris, como a interpretou Marx, e a comuna aldeã russa, contribuíram, cada qual com a sua parte, para a formulação do comunismo russo e a estruturação do Estado Soviético” (p. 86).

¹⁰ Cf. SALVADORI, M. “A social-democracia alemã e a Revolução Russa de 1905. O debate sobre a greve de massas e sobre as ‘diferenças’ entre Oriente e Ocidente”; in: HOBBSBAWM, E. *História do marxismo*, vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 268 e ss.

¹¹ Isto pode ser verificado no interessante livro de BOULOS, G. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.

¹² Sobre este tema e suas semelhanças ver MARRO, K. *De luchas, movimientos y conquistas sociales: reflexiones a partir de la experiencia del MTD de Solano*. Rosário: Universidad Nacional de Rosário, 2006 e; *A rebelião dos que “sobram”: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência na Argentina contemporânea*. Tese [Doutorado em Serviço Social] Programa de Pós-Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro Março de 2009.

arcaico no moderno movimento operário do início do século XX, que se desenvolvia mais orientado para a luta pelo sufrágio universal e por conquistas de espaço no Estado. Para Luxemburgo o que explicava a atualidade dos soviets e da greve de massas como uma forma de organização da revolução no seu tempo era o movimento de totalidade da sociedade russa: dilacerada por uma crise profunda no contexto de transição à modernidade. Por ser um limite desta linha fronteira, teria que ser resolvido pelas massas contra uma burguesia que precisava do arcaico para se reproduzir¹³. As características dos novos movimentos sociais, exemplificadas nas práticas do MST, se explicam pela crise justamente deste processo de modernização, cujos elementos impulsionadores chegaram ao limite. É este quadro de fim de linha que enseja a necessidade vital de se organizar novas formas de sociabilidade. Elas não são derivadas de uma tomada de consciência, ao estilo de um clarão produzido em meio a um embate ideológico, mas da necessidade crua da sobrevivência que bate à porta de amplos contingentes de famílias das classes populares ao mesmo tempo. Agir dentro dos marcos aqui descritos é uma das possibilidades postas. Outra é o lento submergir na barbárie, que corresponde a uma *dissolução passiva desta forma social*. Esta modalidade passiva de dissolução é amparada no braço penal do Estado e em políticas públicas de assistência¹⁴.

Referências bibliográficas

HILL, C. *Lênin e a Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro I, v. 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SALVADORI, M. “A social-democracia alemã e a Revolução Russa de 1905. O debate sobre a greve de massas e sobre as ‘diferenças’ entre Oriente e Ocidente”; in: HOBBSAWM, E. *História do marxismo*, vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 243-290.

¹³ Cf. SALVADORI, op. cit. p. 273.

¹⁴ Esta questão está mais desenvolvida em MENEGAT, M. *O olho da barbárie*, cap. 4 -“Guerra civil no Brasil”. São Paulo: Expressão Popular: 2006; e MENEGAT, M. *Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempos de barbárie; como a esquerda social pode enfrentar esta questão? – Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Serviço Social. N.18 (2008); 146-177 pp .